

Vigilância em Saúde de Mogi Mirim

1. Categoria do município quanto a presença ou não do vetor *Aedes Aegypti* e/ou *Aedes albopictus*

Infestado

2. Plano Municipal de Saúde 2014-2017

Arquivo enviado: PLANO PLURIANUAL PARTE 1.pdf

Data de envio: 30/11/2016 07:52:17

Declaração de inexistência de documento ou de informação: PLANO PLURIANUAL PARTE 2.pdf

Data de envio da declaração: 30/11/2016 07:52:36

3. Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP) assinado ou registro no SISPACTO para os anos de 2015 e 2016, homologado pela Secretaria Estadual de Saúde

Arquivo enviado: Sispacto 2016 MOGI MIRIM.pdf

Data de envio: 29/11/2016 11:59:15

Declaração de inexistência de documento ou de informação: Sispacto 2015 MOGI MIRIM.pdf

Data de envio da declaração: 29/11/2016 11:59:49

4. Atividades rotineiras desenvolvidas pelo município no controle vetorial da Dengue

Assinale as atividades desenvolvidas pelo município

Atividade Desenvolvida	Realizada pelo município
a) Pesquisa larvária amostral, bimestral ou quatro levantamentos rápidos de índices entomológicos (LIRAA) ao ano.	Sim
b) Articulação com órgãos municipais de limpeza urbana, tendo em vista a melhoria da coleta e a destinação adequada de resíduos sólidos.	Sim
c) Articulação com outros órgãos municipais governamentais e entidades não governamentais, tendo em vista a atuação intersetorial.	Sim
d) Atividades de educação e comunicação, com vistas a prevenção e controle da dengue pela população.	Sim
e) Delimitação de focos, quando for detectada esporadicamente a presença do vetor em PE, armadilhas ou em função do resultado de pesquisa vetorial especial (PVE).	Sim
f) Levantamento de índice amostral em ciclos quadrimestrais.	Sim
g) Pesquisa entomológica, preferencialmente com ovitrampas ou larvitrapas, em ciclos semanais. Alternativamente, realizar o levantamento de índice.	Não
h) Pesquisa larvária em pontos estratégicos (PE), em ciclos quinzenais, com tratamento focal e/ou residual, quando indicado tecnicamente.	Sim
i) Pesquisa larvária nos pontos estratégicos, em ciclos quinzenais, com tratamento focal e/ou residual, com periodicidade mensal para o tratamento residual.	Sim
j) Realização do bloqueio da transmissão, quando necessário.	Sim
k) Visita domiciliar bimestral em 100% dos imóveis.	Sim

Outros a discriminar:

Atividade Desenvolvida

A periodicidade ocorre conforme Norma Técnica da Sucen

5. Norma instituidora do Comitê Municipal de Combate à Dengue e respectiva composição, responsabilidades, metas e indicadores de cada área de atuação integrante

Declaração de inexistência de documento ou de informação: JUSTIFICATIVA COMITE DE MOBILIZAÇÃO COMBATE AEDS.pdf

Data de envio da declaração: 14/12/2016 09:50:59

6. Plano Municipal de Contingência da Dengue

Arquivo enviado: PLANO MUNICIPAL INTENSIFICAÇÃO E CONSTINGENCIA DOENÇAS AEDES sp MOGI MIRIM.pdf

Data de envio: 29/11/2016 12:00:39

7. Dados estatísticos referentes aos exercícios de 2015 e 2016

Posição de 01 de janeiro de 2015 e 2016

Tipo	2015	2016
População estimada	91027	91483
Imóveis, incluindo pontos estratégicos e imóveis especiais	35020	35289
Pontos estratégicos	68	64
Imóveis especiais	65	68
Quantidades de armadilhas	0	0

8. Estrutura do controle vetorial existente em 2015 e 2016

Informe a quantidade em cada item. Posição de 01 de janeiro de 2015 e 2016

Item	2015	2016
Coordenador	1	1
Supervisor Geral	1	1
Supervisor de Área	3	3
Profissional IEC	1	1
Agente de Controle de Endemias/Agente de Controle de Vetores	25	5
Agente Comunitário de Saúde	96	101
Laboratorista	0	0
Microscópios	1	1
Caminhonete Pick up	3	2
Nebulizador Pesado	1	1
Nebulizador Portátil	3	3
Pulverizador Costal	4	4

9. Quantidade de equipamentos de proteção individual

EPI	2016
Máscara semi-facial	12
Máscara facial completa	10
Luva nitrílica	35
Capacete de aba larga	

Protetor auricular	32
Óculos de Segurança	10
Avental impermeável	51
Calças de brim	51
Camisas de brim	51
Calçados de segurança	0

10. Rotatividade do quadro

2014 e 2015: Posição de 01 de janeiro; 2016: Posição de 01 de janeiro para existente e de 30 de junho para entradas e saídas

Descrição	2014			2015			2016		
	Existente	Entrada	Saída	Existente	Entrada	Saída	Existente	Entrada	Saída
Coordenador	1	0	0	1	0	0			
Supervisor Geral	2	0	0	2	0	0			
Supervisor de Área	3	0	0	3	0	0			
Profissional IEC	1	0	0	1	0	0			
Agente de Controle de Endemias/Agente de Controle de Vetores	25	0	0	25	0	0			
Agente Comunitário de Saúde	96	0	0	96	5	0			
Laboratorista	0	0	0	0	0	0			

11. Indicadores utilizados e apurados para pesquisa entomológica e/ou larvária

Indicadores	Utilizado e apurado pelo município
Índice Predial	Sim
Índice Breteau	Sim
Índice por tipo de recipiente	Sim
Índice de Positividade de Ovo (IPO)	Não
Índice de Densidade de Ovo (IDO)	Não

12. Proporção de imóveis visitados em municípios da categoria infestados para controle da dengue por ciclo (bimestre)

Informe a proporção ((Nº de Imóveis Visitados/ Nº de Imóveis da área urbana) *100)

Ciclo (bimestre)	2015	2016
Ciclo 1	43,30	80,28
Ciclo 2	41,30	138,31
Ciclo 3	39,30	91,86
Ciclo 4	52,36	60,77
Ciclo 5	82,35	79,69
Ciclo 6	69,04	

13. Resumo do trabalho de Campo

2013, 2014 e 2015: Posição de 31 de dezembro; 2016: Posição de 30 de junho

	2013	2014	2015	2016
Nº de imóveis programados	28231	28231	28231	28231
Nº de imóveis trabalhados	95562	103640	110672	105557
Nº de imóveis pendentes	43847	48371	61761	53869
Nº de imóveis positivos	6616	6416	1998	209

Nº de imóveis com tratamento focal	49	508	885	22
Nº de imóveis com tratamento perifocal	0	3	0	0
Nº de imóveis inspecionados	95562	103640	110672	105557
Nº de amostras coletadas	6225	6245	1946	39
Nº de depósitos inspecionados	1792	3591	7736	2130
Nº de depósitos eliminados	1304	2962	3739	1614
Nº de depósitos tratados com larvicidas	33	102	885	22
Nº de armadilhas instaladas				0
Nº de armadilhas positivas				0

14. Distribuição dos casos de dengue notificados e confirmados (autóctones e importados) no município (residência)

2013, 2014 e 2015: Posição de 31 de dezembro; 2016: Posição de 30 de junho

	2013		2014		2015		2016	
	Autóctone	Importado	Autóctone	Importado	Autóctone	Importado	Autóctone	Importado
Nº de Casos	158	10	1070	11	10043	56	118	5

15. Nº de Internações com base no local de residência (município)

2013, 2014 e 2015: Posição de 31 de dezembro; 2016: Posição de 30 de junho

Lista Morb CID-10	2013	2014	2015	2016
Dengue Clássico	3	20	156	18
Febre hemorrágica devida ao vírus da dengue	0	0	1	

16. Nº de óbitos com base no local de residência (município)

2013, 2014 e 2015: Posição de 31 de dezembro; 2016: Posição de 30 de junho

Lista Morb CID-10	2013	2014	2015	2016
Dengue Clássico	0	1	3	1
Febre hemorrágica devida ao vírus da dengue			8	

17. Financiamento (Despesas liquidadas) por componente do Plano Municipal de Prevenção e Controle de Epidemias da Dengue

2013, 2014 e 2015: Posição de 31 de dezembro; 2016: Posição de 30 de junho

Componente	2013	2014	2015	2016
Assistência	261406,15	318792,68	1366025,87	230097,98
Vigilância Epidemiológica	6380,00	2370,00	606332,73	54108,67
Controle Vetorial	186093,14	173814,75	1536920,93	1005581,21
Educação, comunicação e mobilização social	66174,77	64008,67	168394,19	43963,30

18. Financiamento (Despesas liquidadas) por fonte de recurso do Plano Municipal de Prevenção e Controle de Epidemias da Dengue

2013, 2014 e 2015: Posição de 31 de dezembro; 2016: Posição de 30 de junho

Fonte de Recursos	2013	2014	2015	2016
Recurso Federal (Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, PAB fixo e/ou variável etc.)	310534,85	352702,06	1757013,78	816269,25
Recurso Estadual	0,00	0,00	0,00	131520,00
Recurso Municipal	209519,21	206284,04	1920659,94	385961,91

19. Financiamento (Despesas liquidadas) relacionado ao componente de Controle Vetorial do Plano Municipal de Prevenção e Controle de Epidemias da Dengue

2013, 2014 e 2015: Posição de 31 de dezembro; 2016: Posição de 30 de junho

Ação	2013	2014	2015	2016
Programa Vigilância à Saúde	310534,85	353828,46	2272814,71	1333751,16
Programa: Assistência à Saúde	208759,21	205157,64	1311332,61	0,00
Programa: Gerência de Saúde	0,00	0,00	94286,50	0,00



Prefeitura Municipal de Mogi Mirim
Secretaria de Saúde
Gerência de Vigilância em Saúde
Vigilância Epidemiológica

Avenida Adib Chaib, 1001 – Vila São José - Mogi Mirim
Fone: (xx19) 3805-8332 - E- mail: divisaoemsaude@gmail.com



Mogi Mirim, 30 de Novembro de 2016

DECLARAÇÃO

De:- Vigilância em Saúde

Para:- Tribunal de Contas do Estado

Prezado Senhor

O Município de Mogi Mirim conta com a Sala de Situação de Dengue, composta por equipe técnica que estuda os indicadores e se responsabiliza por desencadear as ações necessárias para o enfrentamento dos diferentes momentos da Dengue.

No mês de Novembro deste ano, foi apresentado ao Conselho Municipal de Saúde o Plano Municipal de Intensificação/Contingência de Assistência, Vigilância e controle do Aedes sp, para o período de 2016/2017, que contempla a composição do Comitê Municipal de Combate à Dengue, que deverá ser implementado no início de 2017 .

Anamaria Rímoli
Gerente de Vigilância à Saúde



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO Nº 7.327

DISPÕE SOBRE O PLANO DE INTENSIFICAÇÃO/CONTINGÊNCIA DE ASSISTÊNCIA, VIGILÂNCIA E CONTROLE DO AEDES SP, PARA O PERÍODO DE 2016/2017.

LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, a ocorrência da Dengue no Estado de São Paulo, desde 1987;

CONSIDERANDO a transmissão no município nos últimos anos, principalmente em 2014/2015;

CONSIDERANDO a Epidemia do primeiro semestre de 2015;

CONSIDERANDO a possibilidade de aparecimento de formas graves da doença;

CONSIDERANDO a possibilidade de transmissão da Chikungunya e Zika vírus;

CONSIDERANDO que cabe à Secretaria Municipal de Saúde organizar os serviços de Vigilância em Saúde (vigilância e controle do vetor, de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e assistencial), com a participação das demais Secretarias Municipais para minimizar ou eliminar os riscos existentes;

CONSIDERANDO a necessidade de:

1. Controlar a ocorrência das infecções pelo vírus transmissíveis pelo vetor *Aedes sp.*;
2. Detectar precocemente o risco de epidemias;
3. Controlar as epidemias em curso; reduzir a letalidade de Dengue e suas complicações, mediante diagnóstico precoce e tratamento oportuno e adequado;
4. Monitorar microcefalia relacionada à infecção pelo Zika Vírus;



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

5. Monitorar surgimento de doenças neurológicas relacionadas ao arbovírus;
6. Garantir fluxo imediato de informação dos suspeitos de dengue entre as vigilâncias municipais e seus serviços de controle de vetores, bem como, a vigilância estadual e SUCEN Regional;
7. Garantir fluxo imediato de informação entre os serviços de atendimento e a vigilância municipal de todos os suspeitos de dengue;
8. Garantir preenchimento oportuno do SINAN pelo serviço de vigilância municipal dos suspeitos de dengue;
9. Manter as ações de controle regional na região de saúde da Baixa Mogiana (Estiva Gerbi, Itapira, Mogi Guaçu e Mogi Mirim);
10. Realizar ações com o propósito de reduzir a densidade vetorial;
11. Garantir a aplicação da legislação Federal, através da Lei nº 13.301, de 27 de Junho de 2016, e municipal nº 5.115 de 10/06/2011 e alterações subsequentes.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o **Plano de Intensificação/Contingência de Assistência, Vigilância e Controle do *Aedes sp.*, para o período de 2016/2017**, construído pela Secretaria Municipal de Saúde e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º O Plano de que trata este Decreto define-se como um conjunto de atividades relacionadas à vigilância epidemiológica e entomológica, controle da população do vetor e assistência saúde, cuja intensificação e integração devem resultar em maior eficiência e eficácia no controle do *Aedes sp.* no Município com a participação das demais Secretarias Municipais.

§ 1º O Plano será executado pelas seguintes equipes intersetoriais:

- I – Vigilância Epidemiológica;
- II – Vigilância das Zoonoses e Agravos Transmitidos por Vetores;
- III – Vigilância Sanitária;
- IV - Atenção Básica/Programa de Saúde da Família;



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

- V – Assistência Laboratorial (pública e privada);
- VI – Assistência Ambulatorial (pública e privada);
- VII – Assistência Hospitalar (pública e privada);
- VIII – Área de Planejamento, Avaliação, Orçamento e Finanças;
- IX – NEPH – Núcleo de Educação permanente e Humanização em saúde (com atribuições descritas no Anexo II);

X - Grupo Intersecretarial:

- a) Secretaria de Governo;
- b) Subprefeitura de Martim Francisco;
- c) Administração;
- d) Finanças,
- e) Educação;
- f) Agricultura;
- g) Assistência Social;
- h) Negócios Jurídicos;
- i) Obras, Habitação e Serviços;
- j) Planejamento e Mobilização Urbana;
- k) Segurança Pública;
- l) Suprimentos e Qualidade;
- m) Relações Institucionais;
- n) Captação, Gestão e Controle;
- o) Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida;
- p) Tecnologia da Informação;
- q) Sustentabilidade Ambiental;
- r) Cultura e Turismo;
- s) Esporte, Juventude e Lazer;
- t) Fundo de Solidariedade;
- u) Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE).



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

§ 2º Instituir equipe técnica para compor a Sala de Situação Municipal, definida como: um espaço físico (e/ou virtual), onde uma equipe de trabalho analisa informações do vetor e da patologia das doenças transmitidas pelo *Aedes sp*, visando apoiar a gestão e o Comitê de Mobilização Social, visando facilitar a tarefa de analisar as informações e apoiar o processo decisório, realizando um “diagnóstico situacional”, com orientação ao passado, presente e futuro, que favorece a tomada de decisão na busca de uma nova realidade ou de uma nova situação.

§ 3º Serão designados Coordenadores de Vigilância Epidemiológica e Vigilância das Zoonoses e Agravos Transmitidos por Vetores, que ficarão responsáveis pelo Monitoramento e Direcionamento das ações previstas neste plano e Coordenação do Comitê de Mobilização Social.

§ 4º As ações deverão ser realizadas com integração com o nível regional da Secretaria de Estado da Saúde (DRS-14, GVE XXVI, GVS XXVI, SUCEN Campinas e Instituto Adolfo Lutz – IAL) e Comitê Regional de Saúde da Baixa Mogiana.

Art. 3º São de responsabilidade do Gestor de Saúde Municipal:

I - produzir regulamentação municipal capaz de modificar uma condição sanitária específica baseada nas diretrizes das demais instâncias;

II - participar da elaboração plano municipal de combate ao *Aedes sp* e providenciar publicação após aprovação no Conselho Municipal de Saúde;

III - acompanhar e monitorar a ocorrência de casos, óbitos por dengue e indicadores entomológicos do município;

IV - garantir equipes capacitadas para o desenvolvimento das atividades de assistência aos pacientes, vigilância epidemiológica e combate ao vetor;

V - garantir a supervisão das atividades de combate ao vetor e levantamentos entomológicos de forma regular;

VI - garantir os insumos básicos para o desenvolvimento das atividades de assistência aos pacientes, vigilância epidemiológica e combate ao vetor, conforme regulamentação das NORMAS E ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA VIGILÂNCIA E CONTROLE DE *Aedes Aegypti*. São Paulo 2008 - NORTE;

VII - organizar a rede de atenção à saúde para o atendimento adequado e oportuno dos pacientes com dengue;



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

VIII - participar das ações a nível regional – Baixa Mogiana e Estadual;

IX - articular com demais Secretarias municipais para o desenvolvimento deste plano no tocante a: Recursos financeiros e de Pessoas, além de equipamentos e insumos;

X - garantir a logística para realização das capacitações de todos envolvidos na assistência e controle da Dengue, Chikungunya e Zika Vírus, através do Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Comunicação;

XI - garantir a educação, comunicação e mobilização social como elementos de construção permanente de forma a fazer chegar aos cidadãos às informações essenciais, conforme anexo II;

XII - garantir acesso da população aos meios de reclamações, denúncias ou inconformidades em relação às ações de controle do vetor *Aedes sp*.

Art. 4º A Gerência de Vigilância em Saúde é responsável:

I - pela Vigilância Epidemiológica, que cabe atuar nos termos descritos no Anexo III deste Decreto;

II - pela Vigilância das Zoonoses e Agravos Transmitidos por Vetores a que cabe atuar nos termos descritos no Anexo IV deste Decreto;

III - pela Vigilância Sanitária que cabe atuar nos termos descritos no Anexo V deste Decreto;

IV - pela Regulação da Assistência Laboratorial privada;

V – pela Assistência Ambulatorial privada;

VI – pela Assistência Hospitalar privada.

§ 1º A Assistência Laboratorial privada é responsável:

I – pela notificação da(s) doença(s) transmitidas pelo vetor *Aedes sp* à Vigilância Epidemiológica de acordo com fluxograma e Portaria Ministerial nº 1.271, de 06 de junho de 2014, que define a lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde, públicos e privados, em todo o território nacional, nos termos do Anexo.VIII;



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

II – por garantir a realização de exame diagnóstico conforme normatização do laboratório de referência (PROGRAMA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA E CONTROLE DE DENGUE PECD - PLANO DE INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E CONTROLE DA DENGUE NO ESTADO DE SÃO PAULO / 2012 – 2013 - ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS).

§ 2º A Assistência Ambulatorial privada é responsável:

I - pela suspeita e notificação das doenças transmitidas pelo vetor *Aedes sp* à Vigilância Epidemiológica conforme Portaria Ministerial nº 1.271, de 06 de junho de 2014, que define a lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos Anexo.VIII;

II - pelo direcionamento e orientação aos suspeitos de acordo com o Protocolo de Atendimento Municipal (Anexo VII) baseado no Protocolo de Atendimento do Ministério da Saúde;

III – em manter equipes de saúde capacitadas na classificação de risco e manejo do paciente com suspeita das doenças transmitidas pelo vetor *Aedes sp* conforme Anexo VII.

§ 3º A Assistência Hospitalar privada é responsável:

I - pela suspeita e a notificação das doenças transmitidas pelo vetor *Aedes sp* à Vigilância Epidemiológica conforme Portaria Ministerial nº 1.271, de 06 de junho de 2014, que define a lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do Anexo.VIII;

II - pela assistência a saúde dos suspeitos e doentes de acordo com o Protocolo de Atendimento Municipal (Anexo VII) baseado no Protocolo de Atendimento do Ministério da Saúde;

III - pela notificação imediata a vigilância municipal de casos graves e suspeita de óbitos por dengue, assim como garantir a coleta de material conforme (Anexo IX);

IV - manter equipes de Saúde capacitadas na classificação de risco e manejo do paciente com suspeita das doenças transmitidas pelo vetor *Aedes sp* conforme Anexo VII;

V - pela previsão de insumos necessários e leitos hospitalares de retaguarda (anexo VI).



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Art. 5º A Gerência Administrativa e Financeira é responsável:

I – por garantir insumos e equipamentos necessários e suficientes para as ações de assistência ao suspeito/doente e controle do vetor *Aedes sp*;

II – por garantir o quantitativo de recursos humanos para as ações de rotina envolvidas na assistência e vigilância em saúde, bem como contratações emergenciais para situações especiais;

III – por garantir a provisão de veículos (carros de passeio, caminhões, *pick up*, caminhonete, veículo para transporte de pacientes, e transporte de material biológico) - quantidade, manutenção e abastecimento para as ações de assistência e Vigilância em Saúde;

IV – por manter parceria com a Secretaria de Finanças visando garantia de execução e agilidade em situações especiais.

Art. 6º A Gerência de Assistência em Saúde é responsável:

I - pela Atenção Básica, a qual é responsável:

a) pela suspeita e notificação das doenças transmitidas pelo vetor *Aedes sp* à vigilância epidemiológica conforme Portaria Ministerial nº 1.271 de 06 de junho de 2014, que define a lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados, nos termos Anexo.VIII;

b) pela assistência a saúde ao suspeito de acordo com os Protocolos Municipal de Atendimento dos Casos Suspeitos de Dengue, e outras doenças transmitida pelo vetor *Aedes sp* (Anexo VII) baseado no Protocolo de Atendimento do Ministério da Saúde;

c) em garantir a Capacitação das equipes das Unidades de Saúde, na classificação de risco e manejo do paciente com suspeita de Dengue e outras doenças transmitidas pelo *Aedes sp*, garantindo a resolutividade dos casos de sua área de abrangência (diagnóstico, manejo, acompanhamento e notificação);

d) pela previsão de insumos necessários.

II – pela Assistência Laboratorial pública, a qual é responsável:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

a) pela notificação da(s) doença(s) ocasionada pelo vetor *Aedes sp* à vigilância epidemiológica de acordo conforme Portaria Ministerial nº 1.271 de 06 de Junho de 2014 que Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências;

b) em garantir capacitação da equipe do Laboratório Municipal Orlando Ceravolo;

c) pela previsão de insumos necessários.

III – pela Assistência Ambulatorial pública, a qual é responsável:

a) pela suspeita e notificação das doenças transmitidas pelo vetor *Aedes sp* à vigilância epidemiológica conforme Portaria Ministerial nº 1.271 de 06 de Junho de 2014 que Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências;

b) pelo direcionamento e orientação ao suspeito de acordo com o Protocolo de Atendimento Municipal (Anexo VII) baseado no Protocolo de Atendimento do Ministério da Saúde;

c) facilitar a capacitação das equipes das Unidades de Saúde, na classificação de risco e manejo do paciente com suspeita de Dengue, Chikungunya e Zika vírus.

IV – pela Assistência Hospitalar pública/conveniada ao SUS, a qual é responsável:

a) pela suspeita e notificação das doenças transmitidas pelo vetor *Aedes sp* à vigilância epidemiológica conforme Portaria Ministerial nº 1.271 de 06 de Junho de 2014 que Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências;

b) pela assistência e resolutividade dos casos suspeito de acordo com os Protocolos de Atendimento dos Casos Suspeitos de Dengue e outras doenças transmitida pelo vetor *Aedes sp* (Anexo VII) baseado no Protocolo de Atendimento do Ministério da Saúde;

c) pela notificação imediata a vigilância municipal de casos graves e suspeita de óbitos por dengue, assim como garantir a coleta de material conforme normatização do laboratório de referência (PROGRAMA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA E CONTROLE DE DENGUE PECD - PLANO DE INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E CONTROLE DA DENGUE NO ESTADO DE SÃO PAULO / 2012 – 2013 - ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS);



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

d) em garantir a Capacitação das equipes das Unidades de Saúde, na classificação de risco e manejo do paciente com suspeita de Dengue e outras doenças transmitidas pelo *Aedes sp*, garantindo a resolutividade dos casos de sua área de abrangência (diagnóstico, manejo, acompanhamento e notificação);

e) pela previsão de insumos necessários e leitos hospitalares de retaguarda.

Art. 7º O acompanhamento, revisões do plano e a solicitação dos ajustes necessários serão realizados pelas áreas descritas no parágrafo único do Art. 2º deste Decreto.

Art. 8º A população em geral deve manter suas residências sem criadouros para o mosquito da Dengue e deve cooperar com os profissionais da área da saúde, que exercem a função de educação, orientação, controle de vetores e vigilância em saúde, conforme Leis Municipais nº 5.115/2011; 5.231/2011; 5.241/2012; 5.643/2015, e suas alterações subsequentes.

Art. 9. As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto dependerão de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Mogi Mirim, 28 de novembro de 2016.

LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP
Prefeito Municipal

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: IELINEQUE REZENDE FALCAO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link Validar documento digital e informe o código do documento: UC6M-EPUI-603X-5RHP